Universidade Federal do Rio Grande - FURG

PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS OFERTA MARÇO DE 2019

I. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Instituição:	Universidade Federal do Rio Grande - FURG
1.2. CNPJ:	94.877.586/0001-10
1.3. Endereço:	Av. Itália Km8 – Campus Carreiros – Rio Grande/RS – CEP 96203-900
1.4. Contatos:	(53) 3233 6730 - reitoria@furg.br
1.5. Curso:	Educação em Direitos Humanos
1.6. Nível:	Especialização
1.7. Modalidade:	A distância
1.8. Carga Horária:	Total: 400
	Presencial: 108h
	A Distância: 292h
1.9. Número de vagas ofertadas:	175
1.10. Municípios de abrangência	- Rio Grande (FURG) (35) - Esteio (35) - Picada Café (35) - Santo Antonio da Patrulha (35) - Sapiranga (35)
1.11. Início:	01/03/2019
1.12. Término:	28/02/2021
1.13. Coordenador do Curso:	Sheila Stolz da Silveira - CPF 484.091.200-97
	Professora do Magistério Superior
	(51) 98284-2629 - e-mail: sheilastolz@gmail.com

II. JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) tem por missão promover a educação plena, enfatizando uma formação geral que contemple o conhecimento científico, técnico e em humanidades, que seja capaz de despertar a criatividade e o espírito crítico, fornecendo elementos para ampliar o ensino

em todas as áreas do conhecimento, socializando informações e pesquisas, propiciando, dessa forma, os conhecimentos necessários ao desenvolvimento humano para a vida em sociedade.

A FURG pontua suas ações, seus procedimentos e propósitos por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir das necessidades locais, das quais emanam os seus objetivos maiores, voltados à formação de profissionais para atuarem em diferentes campos de atividades, à construção de um referencial que oriente a prática de ensino, de forma a contribuir para o estabelecimento de um diálogo, considerando a diversidade de saberes, bem como planos e ações para atuar positivamente nas questões próprias do ser humano e do meio ambiente (Resolução CONSUN 014/87).

O ensino, a pesquisa e a extensão são atividades desta Instituição e buscam, de forma indissociável, criar condições para que os egressos sejam participantes, criativos e responsáveis, diante dos problemas atuais da sociedade, tornando, assim, a Universidade mais voltada para os problemas nacionais, regionais e comunitários, propagando e aumentando o patrimônio cultural da humanidade.

Dessa forma, a FURG tem como **objetivos** (Resolução CONSUN 014/87): buscar a Educação em sua plenitude, desenvolvendo a criatividade e o espírito crítico e propiciando os conhecimentos necessários à transformação social; formar seres humanos culturais, sociais e tecnicamente capazes; promover a integração harmônica entre o ser humano e o meio ambiente.

Nesse sentido, são objetivos do Projeto Político-Pedagógico da Instituição: explicitar a identidade institucional por meio de ações político-educacionais que propiciem a convergência das ações desencadeadas por todos os envolvidos no processo, contemplando-se a formação nos diferentes níveis de ensino: ensino médio e profissionalizante, graduação e pós-graduação; instalar um processo de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, a fim de compreender, de forma ampla e consistente, o fenômeno educativo e a sua prática.

Pautada no seu Projeto Político-Pedagógico, cabe à Universidade dar direção ao processo formativo, levando em consideração os princípios éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade para com o meio ambiente. (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras - O currículo como expressão do Projeto Pedagógico: um processo flexível, 2000).

No que tange às ações em **Educação a Distância**, a Universidade Federal do Rio Grande – FURG – vem, desde o ano dois mil (2000), estimulando a comunidade acadêmica para a implantação dos Programas de Educação a Distância. A primeira iniciativa da administração foi designar uma representante da FURG, junto ao Consórcio – Rede Universidade Virtual Pública do Brasil - UNIREDE (portaria Nº 311/2000). Em dois mil e um (2001), nomeou uma comissão para definir as diretrizes e embasar as ações (portaria Nº 907/2001). Com a qualificação de profissionais na área de EAD o esforço Institucional se evidencia pela apresentação simultânea, em diversas frentes, como a participação no Programa Mídias na Educação, que tem por objetivo a capacitação das(os) professoras(es) das escolas públicas para o uso pedagógico das diferentes mídias (TV e vídeo, informática, rádio e material impresso); Projeto Pró-Licenciaturas junto à Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (REGESD),

nos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Ciências Biologias; e a oferta, no âmbito do Edital 01/2005 da Universidade Aberta do Brasil (UAB), de cursos a distância como Especialização em Aplicações para Web, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração. Atualmente, a FURG conta com uma Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD), criada pelo Conselho Universitário (CONSUN), através da Resolução nº 034/2007, de 07 de dezembro de 2007, que tem por atribuição a gestão administrativa e pedagógica das ações de EaD na Instituição, promovendo as condições necessárias à implementação de programas e projetos da área.

Atualmente todos os projetos de EAD estão vinculados à Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da FURG, a qual possui uma equipe multidisciplinar e infra-estrutura física, para apoiar as ações necessárias a todos projetos desta modalidade de ensino. As experiências crescentes na oferta de cursos a distância e a institucionalização da EAD na FURG motivaram a elaboração do presente projeto, objetivando atender as mudanças que a sociedade está exigindo e integrando-se num esforço institucional da Universidade de constituição de uma competência diversificada em Educação a Distância.

Como decorrência do até aqui explanado, acredita-se que a Instituição possa nortear uma formação inicial e continuada aos diferentes segmentos da sociedade e, em especial, aos profissionais da Educação, da Ciências Sociais e da Ciências Sociais Aplicadas, pois à medida que os fundamentos das novas práticas de ensino-aprendizagem, em conformidade com as políticas de desenvolvimento da mesma preconizam a utilização das novas tecnologias de ensino, o presente projeto contribui para o desenvolvimento da educação a distância – EaD na área de Direitos Humanos e focadamente na temática EDH.

Ademais, ao discutirmos temáticas atinentes à EDH, engendradas, sobretudo, a partir dos espaços de escolarização, cremos que há um favorecimento da problematização acerca das relações estabelecidas entre a Universidade (Professoras(es) e Alunas(os)) e as Redes de Ensino Municipal e Estadual. Neste sentido, vislumbramos a possibilidade de constituição de uma cultura de EDH e a consequente formação de multiplicadoras(es), necessitando para tanto, a fundamentação/pesquisa e o fortalecimento dos vínculos entre universidade e comunidade.

Posto que, em sendo a educação um direito social inalienável da pessoa humana e dos grupos sócio-culturais, assim como o é a EDH, a mesma poderá promover a formação crítica de sujeitos com potencial para agir em defesa e proteção da dignidade humana – ressaltando-se assim, o papel fundamental da Escola na construção de uma cultura de respeito aos direitos da pessoa humana.

Deste modo, a EDH na Educação Básica deve articular o respeito às diferenças de gênero, etnia, geracional, de orientações sexuais, religiosas e políticas, relacionando as dimensões cognitivas (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento), subjetivas (o sentir consigo e com o outro) e as práticas (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais), uma vez que, a educação intercultural e o diálogo inter-religioso, assim como a leitura crítica da variedade prática de preconceitos, estigmas e formas de discriminação constituem componentes desta EDH.

Por todos os motivos apresentados, pensamos que este Curso propõe que a cultura de direitos humanos atravesse os processos de socialização cultural e o processo formal de ensino, as práticas educativas e o currículo escolar, exigindo formação e capacitação dos mais distintos atores sociais – e neste caso específico, de profissionais da Educação, da Ciências Sociais e da Ciências Sociais Aplicadas.

Assim sendo, parece-nos oportuno expandir e socializar a experiência de militância, estudo, ensino, pesquisa e extensão, acumulada por profissionais que vêm desenvolvendo estudos que articulam as teorizações sobre Direitos Humanos e Educação em e para os Direitos Humanos, a fim de corroborar à constituição de uma cultura de direitos humanos, solidariedade e paz em nossa sociedade, ao mesmo tempo local e planetária.

Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos

Comumente, quando ouvimos falar em Direitos Humanos – DH, seja num bate papo informal, nas diferentes mídias ou mesmo em determinados espaços de trabalho, esta categoria é, via de regra, associada ao seguinte discurso banalizado e preconceituoso: "Direitos Humanos só valem pra bandido e marginal"!

Porém, esse discurso não é gratuito, ou em outras palavras, ele é resultante de inúmeras variáveis construídas sócio-historicamente, tais como: restrito entendimento do que de fato são DH – bem como, do porque e de quando passaram a ser reivindicados – a falta de entendimento de que os DH são universais, indivisíveis e interdependentes e não destinados apenas a determinadas pessoas e/ou grupos; de certa forma, a própria institucionalização dos DH e, a conseqüente assunção de uma perspectiva de dizeres e fazeres absolutamente prescritivos sobre como devem ser entendidos e vivenciados os DH, além é claro, do próprio escamoteamento do sujeito de direitos em nome de uma coletividade difusa.

Assim sendo, podemos pensar que as condições de produção dos nossos discursos e práticas são tributárias das concepções de homem, mundo e sociedade que partilhamos e do sentimento de pertencimento, de identificação que temos com as crenças e os valores da sociedade que convivemos. Por exemplo, se vivemos numa sociedade que dispõe de uma dinâmica acentuadamente marcada por processos de diferenciação e de exclusão dos indivíduos, de desigualdade econômica e social e de incontáveis formas de manifestação da violência, muito provavelmente, compartilharemos de uma percepção de que os DH têm serventia, sobretudo, àqueles que se vitimizam ou são vitimizados pela exclusão em virtude de sua marcação étnica, identitária e/ou de gênero, pela pobreza e pela inacessibilidade ou restrita experiência dos espaços educativos.

Esse tipo de percepção, somente corrobora com a idéia de que os DH não são conquistas históricas, forjadas a partir de tensionamentos, enfrentamentos, discussões, flexibilizações e ponderações, que se convertem num verdadeiro jogo de trocas de interesses pessoais e coletivos e, sobretudo, humanos. Nesse sentido,é que compreendemos ser fundamental a urgente e contínua construção de uma cultura de DH, a partir de uma Educação em e para os Direitos Humanos – EDH.

No entanto, é importante esclarecer que quando reivindicamos uma cultura de DH, não estamos pensando num engessamento ou amoldamento dos comportamentos – pois assim assumiríamos uma prática prescritiva – mas pleiteamos a experiência vivencial de um processo plural, solidário e, por isso mesmo, coletivo e emancipatório. Práticas sociais que clamam pela superação das relações de dominação, opressão e desigualdade social. E, para tanto, enquanto docentes e discentes, temos nos dedicado ao trabalho em prol dos Direitos Humanos desde o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos – NUPEDH da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, fundado em 2005 e com uma experiência de 13 anos, centro interdisciplinar de pesquisa e extensão voltado para a produção coletiva e colaborativa, socialização e interlocução de saberes e experiências acerca dos Direitos Humanos e Fundamentais e da Educação em e para Direitos Humanos. Posto que, consideramos a historicidade dos DH como base para uma concepção dos mesmos enquanto aquisição axiológica universal em constante processo de elaboração e redefinição, características que se estendem à compreensão do que é a EDH. Outrossim cabe mencionar que o referido Curso se insere nas propostas do Programa de Mestrado em Direito e Justiça Social da Faculdade de Direito da FURG.

Assim, concebemos a educação como um dos processos vitais e mais eficazes de proteção e promoção dos DH de indivíduos, grupos e sociedades, em consonância com o entendimento de inúmeros instrumentos internacionais que fazem referência a uma concepção de EDH, entre eles: a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (Art. 264), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Art. 135), a Convenção sobre os Direitos da Criança (Art. 296) e, mais recentemente, a Declaração e Programa de Ação de Viena (Seção D., Parágrafos 78-82).Segundo o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 2005), esta deve ser entendida como um processo que inclui duas dimensões: "os Direitos Humanos no contexto educativo" – dimensão que objetiva garantir que todos os componentes e processos educativos favoreçam a aprendizagem dos DH; e "a realização dos Direitos Humanos na educação" – dimensão orientada a assegurar o respeito dos DH de todos os atores implicados nos processos educativos.

Nesse sentido, a EDH pode ser definida como a aprendizagem, a disseminação e a construção de uma cultura universal de DH através do compartilhamento de conhecimentos e mudanças de atitudes, direcionados: - ao fortalecimento do respeito aos DH e liberdades fundamentais; - ao desenvolvimento completo da personalidade humana e de seu senso de dignidade; - à promoção da compreensão, tolerância e eqüidade entre os sujeitos, à amizade entre todas as nações e seres humanos, independentemente de sua condição de gênero, étnica, religiosa ou cultural; - e à capacitação de todas as pessoas para participarem efetivamente de uma sociedade livre.

Corroborando ao entendimento dos instrumentos internacionais, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (2006) afirma que: [...] A educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a

cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa sócio-ambiental e da justiça social.

Partindo da proposta de institucionalizar a luta pelos Direitos Humanos via Universidade, foi criado, em 2004, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH) vinculado a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Com o objetivo precípuo de conscientizar a comunidade universitária bem como a sociedade riograndina sobre a importância do respeito e da defesa dos Direitos Humanos o NUPEDH/FURG, através de ações de pesquisa, extensão e de iniciativas que promoção e formação sobre questões concernentes aos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos, insere-se no rol de entidades que difundem, defendem e contribuem para a efetivação de uma cultura dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul.

Entre as ações mais significativas desenvolvidas pelo NUPEDH destaca-se a realização, ainda em 2007, do I ***CONSULTAIS*** – Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais, evento acadêmico-científico de periodicidade bienal que busca e segue perquirindo já em face de realização de sua 5ª edição (2014), propiciar uma efetiva aproximação entre @s estudios@s e militantes dos Direitos Humanos no Brasil, na América Latina e na Europa. Dito evento, tem como foco de sua análise, não somente o reconhecimento, mas sobretudo e principalmente, o respeito às diferenças e peculiaridades que são inerentes a cada ser humano.

Em 2008, o NUPEDH/FURG coordenou no estado do Rio Grande do Sul o ***Curso de Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos – REDH/Brasil*** – nacionalmente coordenado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e desenvolvido por 16 Universidades Federais em 16 estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, o curso desenvolveu-se em cinco cidades polos da zona sul do Estado. Todas, a época, vinculadas ao Programa Territórios da Cidadania em face ao baixo IDEB: Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Mostardas.

Ademais, devido à ocorrência excepcional, naquele ano (2008), da convergência de significativas datas que possuem absoluto valor ético e simbólico à humanidade, como: os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948), os 15 anos da II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena-1993), os 10 anos da Declaração Internacional dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores (OIT-1998); e especialmente no Brasil: os 120 anos da Abolição da Escravatura, os 20 anos da Promulgação da Constituição Federal (1988) e a maioridade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- 1990); o NUPEDH/FURG levou a termo, em agosto de 2008, o II CONSULTAIS – Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais.

Ainda neste mesmo ano (2008) e após o processo de seleção pública realizado pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a equipe do NUPEDH tornou-se responsáveis pela coordenação do ***Projeto Fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Rio Grande do Sul e de Capacitação em Educação em Direitos Humanos (EdDH)***. O principal objetivo deste projeto foi

engendrar dispositivos e condições institucionais para a promoção e implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Caracterizado pela interdisciplinaridade e pela interlocução de saberes com vistas à produção coletiva e colaborativa de experiências acerca dos Direitos Humanos, em parceria com o Grupo CEP-RUA (Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua – FURG) o NUPEDH integrou a equipe responsável pelo planejamento e execução do Projeto ***A Escola que se vive e a Escola que se sonha: Cultivando Paz e Solidariedade*** (2009-2010), curso desenvolvido com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC.

Impulsionado pelas bem sucedidas experiências anteriores e pelo reconhecimento das demandas existentes na região sul do Estado o NUPEDH apresentou-se e foi contemplado pelo Edital Público Nº. 06 de 01/04/2009. Desta forma, tornou-se responsável pela implantação e coordenação do ***Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos*** (PGEDH) da Universidade Federal do Rio Grande – modalidade à distância – pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil. Dito Curso encontra-se atualmente em sua segunda Edição.

Atendendo ao disposto no Edital Nº. 01 de Chamada Pública, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a Seleção Pública de propostas para apoio a Projetos voltados para políticas no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos – Políticas Públicas em Direitos Humanos (Implantação de Centros de Referências), publicado em 29 de abril de 2011, mais uma vez foi ganhador

Contudo, cumpre ressaltar que, apesar do significativo número de ações de Extensão, o NUPEDH também se dedica, substancialmente, à produção de pesquisas sobre os Direitos Humanos e Fundamentais, em especial, dentro das áreas abarcadas pelo III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), como podemos observar alguns resultados destas pesquisas, na listagem que consta da nota de rodapé n.1[1].

1

- Ensaios sobre Direitos Humanos e Fundamentais – Trabalhos de Iniciação Científica. Volume II. Sheila Stolz e Gabriela Kyrillos (org.). Pelotas: Editora Delfos, 2010.
- Direitos Humanos e Fundamentais. O Necessário Diálogo Interdisciplinar. Sheila Stolz e Gabriela Kyrillos (org.). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2009.
- A escola que se vive e a escola que se sonha: cultivando paz e solidariedade. Maria Ângela Mattar Yunes e Sheila Stolz(org.). RioGrande:FURG,2009.
- Ensaios sobre Direitos Humanos e Fundamentais – Trabalhos de Iniciação Científica. Volume I. Sheila Stolz e Gabriela Kyrillos (org.). Pelotas: Editora Delfos, 2009.
- A ONU e os Sessenta Anos de Adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sheila Stolz e Francisco Quintanilha (org.). Rio Grande: Edigraf - Editora e Gráfica da FURG, 2008.
- Direito Moderno e Contemporâneo: Perspectivas Críticas. Ricardo Opuska e outros (org.). Pelotas: Delfos, 2008.
- II Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais –CONSULTAIS. Sheila Stolz e outros (org.). Rio Grande. Anais do I Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais CONSULTAIS. Rio Grande : Editora e Gráfica da FURG - EDGRAF, 2008.
- I Encontro Anual de Grupos de Pesquisa em Direito da Região Sul do Estado do RS. Sheila Stolz (org.). Rio Grande: Edigraf - Editora e Gráfica da FURG, 2007.
- I Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais –CONSULTAIS. Sheila Stolz (org.).

III. OBJETIVOS

- Oportunizar um movimento reflexivo e uma qualificação do olhar acerca, sobretudo, do respeito e relevância dos DH nas práticas educativas formais e não-formais, capacitando multiplicadores dos saberes do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Formação de 175 Especialistas em EDH.
- Estabelecer parcerias para a efetiva elaboração de ações educacionais afirmativas.
- Formar multiplicadores do conhecimento dos direitos expressos no Plano Nacional de Direitos Humanos e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, favorecendo assim a articulação de parcerias, políticas e ações educacionais afirmativas para transformar atitudes e comportamentos na escola e em seu entorno, rumo à construção de uma cultura de EDH.
- Colaborar para a construção de uma cultura de EDH a partir dos espaços de escolarização.
- Formar 175 Especialistas em EDH.
- Incrementar à pesquisa no campo da Educação e dos DH em suas diversas matizes e possibilidades.
- Produzir Artigos Científicos a partir dos Trabalho de Conclusão dos Cursistas.
- Dar visibilidade à produção dos 50 Especialistas.
- Qualificar, consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão do NUPEDH/FURG na EDH.
- Problematizar acerca de novas metodologias e recursos conceituais e materiais sobre DH e EDH.
- Produzir com os cursistas material didático-pedagógico em Direitos Humanos e em EDH.
- Promover intercâmbio técnico-científico com outros núcleos/grupos de estudos e pesquisa nacionais e internacionais que atuam com a questão dos DH e da EDH.

IV. PÚBLICO ALVO

Serão oferecidas 175 vagas para profissionais da educação básica, distribuídas nos seguintes polos:

- Rio Grande (FURG) (35)

Rio Grande. Anais do I Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais CONSULTAIS. Rio Grande : Editora e Gráfica da FURG -EDGRAF, 2007.

- XXVI Semana Jurídica do Curso de Direito da FURG. Sheila Stolz e outros (org.). Rio Grande : Edgraf, 2007.

- Esteio (35)
- Picada Café (35)

- Santo Antônio da Patrulha (35)
- Sapiranga (35)

Requisitos:

Serão admitidos professoras e professores do ensino básico público, portadoras(es) de diploma de curso superior e pertencentes à região de abrangência do projeto, e de cada pólo.

V. DESENVOLVIMENTO

5.1. Metodologia

Considerando a especificidade que deve caracterizar um processo de formação, a organização curricular do Curso orienta-se pelos seguintes princípios:

- abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, numa perspectiva inter e transdisciplinar que leva em conta as inter-relações e as mútuas influências entre os diferentes campos do saber;
- concepção sócio-histórica do conhecimento, sendo o conhecimento entendido como produto da construção e reconstrução histórica dos seres humanos em suas interações nos diferentes contextos sociais em que atuam;
- ação pedagógica emancipatória, compreendida como processo coletivo de construção e reconstrução do conhecimento educacional, desenvolvendo a autonomia intelectual e a postura crítica como capacidades pessoais através de um processo participativo de democracia responsável;
- continuum ação-reflexão-ação, desenvolvido em relação aos conhecimentos educacionais oriundos da prática desenvolvida na profissão e aos novos conhecimentos a eles apresentados;
- compreensão e respeito ao multiculturalismo constituinte da sociedade brasileira, contemplando a pluralidade de raça/etnia, gênero e classe que são constitutivas de diferentes visões de mundo e estão implicadas com a produção das desigualdades sociais.

E, para garantir a comunicação entre Alunas(os), Professoras(es) e Tutoras(es), o desenho do Curso propõe o seu desenvolvimento na modalidade EaD contemplando também atividades presenciais, tendo como base uma metodologia interativa e problematizadora.

Na modalidade a distância as interações serão efetuadas via ambiente virtual de aprendizagem – AVA Moodle/FURG, sendo intensificado o uso de serviços de Internet em atividades síncronas e assíncronas, tais como: correio eletrônico, listas de discussão, fóruns de debate, comunicação em tempo real (IRC, chat, etc) e, ao mesmo tempo, será organizado um repositório de materiais, relatórios de experiências, textos, portfólios (Webfólio) de avaliação formativa e continuada, a partir da produção dos

próprios Alunos do Curso, como registro de suas atividades e coleta de informações. A carga horária está fixada em 292h de interação virtual.

Os alunos terão acesso aos Pólos para desenvolver atividades de produção autônoma: estudos individuais, pesquisa, busca de informações na Internet, troca de dados e informações pela rede, estudo de software, entre outros.

Serão realizados, no mínimo, dois encontros presencias, um ao início e outro próximo ao final do período de cada disciplina. O primeiro encontro objetiva integrar o estudante e os educadores, apresentar a proposta da disciplina, o ambiente virtual e discutir a organização e programação dos estudos ao longo da disciplina. No segundo encontro, buscar-se-á discutir as atividades desenvolvidas e verificar a apresentação de produções realizadas. A carga horária fixada para os encontros presenciais é de 108h.

Os recursos humanos necessários para o desenvolvimento da 3ª Edição do Curso são articulados a partir de um movimento de colaboração intra e interinstitucional – fruto da experiência anterior adquirida com as primeira e segunda edições do PGEDH e, também com a colaboração internacional entre outras do **Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH)** e da **Rede Básica em Educação em Direitos Humanos/REDHBRASIL**.

Para a produção de material, os **Docentes** contam com o apoio da Equipe Multidisciplinar da SEaD, sendo que o material produzido deverá ser disponibilizado no ambiente Moodle/FURG.

No Curso, os docentes poderão assumir papéis diversificados, porém interdependentes:

(a) como especialistas em conteúdos, planejando e produzindo os materiais pedagógicos oferecendo suporte dentro de seu campo de especialização;

(b) como docentes, apoiando a aprendizagem dos Alunos mediante o uso de metodologias criativas para a sistematização dos conteúdos;

(c) como orientadores, acompanhando e orientando os projetos e o trabalho de conclusão de curso;

(d) como articuladoras(es), dinamizando as interações necessárias entre as(os) Alunas(os) e as(os) Docentes do Curso. No papel de Articuladoras(es), as(os) Docentes buscarão identificar possíveis áreas de interesse e/ou necessidades dos aprendizes, articulando-as no sentido de promover situações, presencialmente ou via telemática, que apontem possíveis intersecções entre os conhecimentos, projetos, seminários, oficinas tecnológicas, etc.

Para a produção de material, as(os) professoras(es) contam com o apoio da **Equipe Multidisciplinar da SEaD**. O material produzido nas outras edições do Curso (bem como atualizações de conteúdo) será disponibilizado na Plataforma ou em meio digital.

A proposta do Curso também prevê a participação de **Tutoras(es)** Presenciais e a Distância para atender às demandas das(os) estudantes e, com isso, favorecer um processo pedagógico de qualidade, sendo que os mesmos possuem as seguintes atribuições:

As(Os) profissionais da educação básica contarão com o apoio de **tutores presenciais e a distância.**

Tutoras(es) Presenciais: apoiaram o trabalho das(os) Professoras(es) do Curso. Para tal, deverão estar capacitadas(os) para o uso da metodologia interativa e problematizadora, bem como aplicar conhecimentos relativos à área de informática na educação e dinâmica de grupo. Cada Tutora(Tutor) terá sob a sua responsabilidade até 35 (trinta e cinco) Alunas(os).

Tutoras(es) a Distância: atuarão como mediadoras(es) e orientadoras(es) das atividades previstas em cada disciplina, acompanhando o desenvolvimento de cada aluna(o) e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pelo ambiente Moodle/FURG, bem como por outras formas de comunicação a distância, além de contribuir em outras modalidades definidas pela(o) Professora(or). Esses atuarão na sede da IFES junto a(o) professora(or), cumprindo uma jornada semanal de 20 (vinte) horas, atendendo a uma turma que irá contemplar até 35 (vinte e cinco) Alunas(os).

As(Os) Tutor(as)es, Presenciais e a Distância, têm a função de se relacionar diretamente com o Aluna(o), acompanhando o desenvolvimento de suas atividades e mediando suas dúvidas sobre conteúdos e questões administrativas, além de ter a responsabilidade de realizar o registro de notas e resultados e informar à Coordenação do Curso sobre quaisquer problemas e eventualidades. São responsáveis, também, por manter a(o) aluna(o) motivada(o) e estimulada(o) durante todo o processo de construção de seu conhecimento.

A Seleção de Tutoras(es) será divulgada em Edital Público e realizada por uma Comissão composta pela(o) Professora(or) de cada disciplina e outros dois membros, designados por Portaria Institucional. A esta Comissão cabe a definição dos requisitos e critérios de seleção, bem como a realização e publicação dos resultados do processo.

Da Capacitação Prévia dos Tutores

A Secretaria de Educação a Distancia (SEaD) da FURG promove, desde 2007, a Capacitação e formação continuada de docentes, tutores, coordenadores e secretários de curso, coordenadores e secretários de pólo, equipe multidisciplinar, e técnicos que atuam nas atividades acadêmico-administrativas nos processos envolvidos no planejamento, na organização e implementação dos cursos, e demais ações de Educação a Distância na FURG

A formação continuada em EaD é coordenada pelo Núcleo de Capacitação da SEaD/FURG, articulado com os demais Núcleos, promovendo a orientação contínua para a utilização das mais diversas formas de linguagem para a produção e elaboração do material didático, acompanhamento e interação com os estudantes, e todas outras atividades inerentes à oferta dos cursos.

A formação é realizada anualmente, constituída por encontros de imersão, ciclos de oficinas permanentes, encontros de formação semanais com tutores, e grupo de estudos em EaD.

Esta formação tem acontecido a fim de manter uma reflexão e diálogo permanente sobre as suas práticas pedagógicas. Entendemos também que as(os) professoras(es) e as(os) tutoras(es) que compartilham suas experiências e saberes nos espaço de formação continuada, se propõem ao exercício da reflexão sobre sua prática e assumem uma nova postura, no sentido de construir um processo de ensino

e aprendizagem colaborativo e cooperativo. Este processo acontece tanto nos espaços de aprendizagem que professoras(es) e tutoras(es) proporcionam as(os) estudantes, quanto na própria construção do trabalho da(o) professora(or) com suas(seus) colegas e/ou com as(os) tutoras(es) da sua disciplina.

Durante a formação, são debatidas questões conceituais e práticas relacionadas à mediação pedagógica, produção de material didático e o uso do ambiente virtual de aprendizagem na EaD, buscando a inserção das(os) professoras(es), tutoras(es), coordenadoras(es) e secretárias(os) de curso, coordenadoras(es) e secretárias(o) de pólo, técnicos da Universidade e equipe multidisciplinar nesta modalidade de ensino, de forma a facilitar as relações e integração destes atores, entre elas(eles) e com as(os) estudantes, bem como a apropriação da Plataforma MOODLE, onde são desenvolvidos os cursos.

Acredita-se que essas ações possibilitam a compreensão das(os) professoras(es) e tutoras(es), para atuar na EaD, considerando suas características e peculiaridades, promovendo a autonomia e comprometimento do estudante com sua aprendizagem, evitando a reprovação e evasão nos cursos. Os tutores realizaram esta etapa de capacitação em período anterior ao início do curso.

Sob os aspecto da capacitação específica sobre as temáticas vinculadas ao curso serão realizadas reuniões de aprofundamento nos temas antes do início do curso e quinzenalmente durante o curso a fim de discutir as questões propostas no currículo em uma ação conjunta entre professoras(es), coordenação do curso e coordenação de tutoria para oferecer as(os) tutoras(es) orientação contínua mantendo também a reflexão e diálogo permanente a fim de que se apropriem e construam o conhecimento em EDH conjuntamente com a equipe e estudantes.

5.2. Estrutura Curricular

O curso será realizado em três (3) módulos, buscando estudar, discutir e analisar os conhecimentos teórico-práticos que envolvem a Educação em Direitos Humanos. A tabela abaixo apresenta os componentes curriculares e carga horária dos módulos.

Módulo 1: Educação para a Diversidade – 120 h/a

Disciplina	Carga Horária	Ementa	Bibliografia
ALFABETIZAÇÃO DIGITAL	30h/a	Estudo da perspectiva histórica da informática. Apropriação do uso do console, de digitação de textos, de conceitos de sistemas de arquivos e de elementos de ambientes gráficos. Análise de Fundamentos da Internet e seus serviços e aprendizagem da utilização de aplicativos e recursos digitais: editor de texto, planilha eletrônica, editor de apresentação e outros. Compreensão do que são Ambientes Virtuais de Aprendizagem e do contexto atual da educação utilizando tecnologias digitais.	HEIDE, A.; STILBORNE, L. Guia do professor para a Internet. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. KENSKI, Vani. Processos de interação e comunicação no ensino mediado por tecnologias. In: ROSA, Dalva; SOUZA, Vanilton (orgs.) Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio deJaneiro: DP&A, 2002. LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. _____.As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 15 ed. São Paulo: 34, 2008. MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MASETTO, Marcos. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda.

			Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000. PALLOF, R. M. e PRATT, K. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004. SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. (col).Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.
DIVERSIDADE E GÊNERO	30h/a	Discussão sobre Gênero: Um conceito importante para o conhecimento do mundo social. Apropriação cultural da diferença sexual e da importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero. Análise das relações de gênero e trabalho e Gênero e cotidiano escolar	ALAMBERT, Zuleika. A Mulher na História. A História da Mulher. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP; Abaré, 2004. BRUSCHINI, Cristina, HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org) Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998.BRUSCHINI, C e SORJ, B. (Orgs) Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas, 1994. CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). IN: Cadernos Pagu- fazendo história das mulheres.(4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-42. COSTA, A; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. [São Paulo]: Contexto; UNESP, 2000. DORA, Denise Dourado. Masculino e feminino: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: THEMIS/Sulina, 1997. LAVINAS. L. Emprego feminino: o que há de novoe o que se repete. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, vol.40, n°.1, 1997. LOURO. Guacira. L. Gênero, sexualidade e educação. Petropóles: Vozes 1997. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, SOS Corpo, 1991.
DIVERSIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	30 h/a	Problematização das noções de raça, racismo e etnicidade. Análise da relação entre as classificações raciais e as formas de racismo, da desigualdade racial, dos estereótipos, do preconceito e da discriminação racial.	BARBUJANI, Guido. A Invenção das raças. SãoPaulo: Editora Contexto, 2007. GUIMARÃES, A. Sérgio Alfredo. Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: NovosToques, 1998. SANSONE, L. Os Objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. Mana. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 87-119, 2000. SANTOS, Gislene A. dos. A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo/ Rio de Janeiro: Pallas; 2002. SCHWARCZ, L. K. M. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993
DIVERSIDADE: SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL	30 h/a	Apropriação dos conceitos de Sexualidade e Diversidade Cultural. Enfrentamento da Discriminação. Compreensão das categorias Identidade de gênero e orientação sexual. Discutindo saúde, sexualidade e reprodução e sexualidade no cotidiano escolar.	GUIMARÃES, I. Educação sexual na escola. Mito e realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995. CHAUÍ, M. Repressão sexual. São Paulo: Brasiliense, 1992. KYRILLOS. Gabriela., STOLZ, Sheila. Políticas indigenistas no Brasil: passado assimilacionista, futuro emancipatório?. **Revista Jurídica UNICURITIBA**. , v.1, p.91 - 111, 2013. RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e

			discriminação. In: STOLZ, Sheila. Anais do 1º Congresso Sul-Rio-Grandense de Direitos Fundamentais. Rio Grande:Ediraf/FURG, 2007. VIEIRA, Renata; MACIEL, Lizete Bomura. MeninoBrinca de boneca? Contribuição da teoria histórico-cultural para se pensar o preconceito em sala de aula. In: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE; Porto Alegre – RS: Edipucrs, 2008.

Módulo 2: Fundamentos da Educação em Direitos Humanos – 180 h/a

Disciplina	Carga Horária	Ementa	Bibliografia
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Aproximação às primeiras declarações de direito, e seu contexto histórico. Análise dos Fundamentos históricos dos direitos humanos, considerando a concepção universal e cultural dos direitos humanos. Estudo da Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos e da História da cidadania e da cidadania no Brasil. Apropriação da História da Educação em Direitos Humanos no Brasil.	BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Memória, Verdade e Educação em Direitos Humanos In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy Silveira et ali. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007, p. 157-168. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos, São Paulo,Saraiva 1999. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, p. 135-155. _____. Direitos humanos e memórias. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et al. Direitos Humanos: capacitação de educadores – Fundamentos histórico-filosóficos e políticojurídicos da educação em direitos humanos. JoãoPessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, V.1. p. 67-76. PINHEIRO, Paulo Sérgio e MESQUITA, Paulo de, Direitos Humanos no Brasil: Perspectivas no Final do Século, in "50 anos da Declaração Universal dos direitos humanos. Textos do Brasil", Ministério das Relações Exteriores, Brasília/DF, Maio/Agosto 1998, Ano II, n° 6, p.43/53. TOSI, Giuseppe. História e atualidade dos direitos do homem in Zenaide, Maria de Nazaré & Dias, Lúcia Lemos. Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2001, p. 19-28. **STOLZ, Sheila.**, VERAS NETO, F. Q. Da condição de escravos a de sujeitos de direito In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 16-28. **STOLZ, Sheila.** Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): significado e consequências In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 46-64. **STOLZ, Sheila.** Direitos Humanos e memória In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da

			Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 68-86.
FUNDAMENTOS ÉTICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Estudos dos pressupostos filosóficos dos direitos humanos: Ética, direitos humanos e cidadania. Problematização dos direitos humanos na contemporaneidade. Análise das concepções de Justiça e Direitos Humanos.	PEQUENO, Marconi. O fundamento dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et. al. Direitos Humanos: capacitação de educadores – Fundamentos histórico-filosóficos e políticojurídicos da educação em direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v.1, p. 23-28. MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. Estudos Avançados. São Paulo: 1997, vol.11, n.30, p. 17-41. RABENHORST, Eduardo, Dignidade Humana e Moralidade Democrática. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. STOLZ, Sheila. Algunas acotaciones sobre El carácter inviolable o absoluto (erga omnes) de los Derechos Humanos. Revistas Direitos Fundamentais. Curitiba: 2008, vol. 03. p. 1-14. _____. O Relativismo e ou Universalismo dos Direitos Humanos Frente à Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: STOLZ, Sheila e VERÁS NETO, Fancisco Quintanilha (org.), A Onu e os Sessenta Anos de Adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio Grande: Editora da Furg, 2008, p. 59-73. TOSI, Giuseppe. Liberdade, igualdade e fraternidade na construção das Direitos Humanos. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et al. Direitos Humanos: capacitação de educadores – Fundamentos histórico-filosóficos e políticojurídicos da educação em direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, p.41-48 ZENAIDE Maria de Nazaré Tavares, Construçãoconceitual dos Direitos Humanos, in "Formaçãoem Direitos Humanos na Universidade", in ZENAIDE, M. N. T/LEMOS, L. L. (orgs), Formação em Direitos Humanos na Universidade. João Pessoa: Ed. /UFPB, 2001, p. 41-49. **STOLZ, Sheila.** Concepções de Justiça e Direitos Humanos: uma aproximação ao tema In: Olhares e Reflexões sobre Direitos Humanos e Justiça Social.1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.1, p. 15-59.
FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Estudos das teorias políticas e dos Direitos Humanos. Análise das diferentes concepções de democracia: democracia e liberdade; democracia e igualdade. Democracia e Participação Cidadã. Direitos Humanos, globalização e geopolítica.	BRANDÃO , Assis. Bobbio na história das ideias democráticas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: 2006, n. 68, p. 123-145. GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Mirando hacie El sur. Trayectorias de las democracias participativas en America Latina. Sistema, v. 203, p. 245-286, 2008. GUGLIANO, A. Democracia, participação e deliberação. Civitas. Porto Alegre: 2004, v. 4, p. 257-283. MACPHERSON. C. B. A democracia liberal. Rio de janeiro: Zahar, 1978. **STOLZ, Sheila.** Concepções de Cidadania In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 194-201.

			STOLZ, Sheila. Concepções de Democracia In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 204-230. **STOLZ, Sheila.** Concepções de Estado de Direito In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.1, p. 234-243. **STOLZ, Sheila.**
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Análise dos Direitos Humanos na Constituição brasileira e dos Direitos Fundamentais Sociais. Apropriação das Instituições incumbidas da defesa dos direitos humanos e dos respectivos Remédios processuais.	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. FEITOSA, Maria Luisa. P de A. M. Fundamentos constitucionais e marcos jurídicos internacionais dos direitos humanos do trabalhador. In: FREDYS, Orlando Sorto, MOURA, Paulo Vieira de Moura, e MAIA, Luciano Mariz e TOSI, Giuseppe (Orgs.). Cidadania para todos. João Pessoa, 1999. (Trabalho em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão da PB e o MJ).
FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Análise dos Princípios pedagógicos e metodológicos que norteiam uma educação aos Direitos Humanos na educação formal e na educação popular, para a difusão de uma cultura da justiça, da paz e da tolerância. Discussão sobre as Diretrizes da ONU para a inserção dos direitos humanos no ensino formal e não-formal. Apropriação do Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos, do Plano Latino-Americano de Educação em Direitos Humanos, do Sistema Nacional de Direitos Humanos; do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: com ênfase na Educação Básica e Ensino Superior.	BARCELLOS, Carlos Alberto. Educando para a cidadania. Os direitos humanos no currículo escolar, Publicações da Anistia Internacional (Seção brasileira)/CAPEC, Porto Alegre/São Paulo 1992. CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Susana (orgs). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, p. 75-83. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 245-273. VIOLA, Solon Eduardo A.Direitos humanos no Brasil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 119-133.
METODOLOGIA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30h/a	Análise dos Fundamentos da pesquisa em direitos humanos. Apropriação dos procedimentos metodológicos e técnicos para a elaboração do Artigo de conclusão do curso. Estudos dos procedimentos relativos à pesquisa e à sistematização de experiências educativas em direitos humanos.	DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. OLIVEIRA, Silvio Luis. Metodologia Científica aplicada ao Direito. São Paulo: Thompson, 2002.

Módulo 3: Direitos Humanos na Formação Inicial e Continuada de Professoras(es) e Educação em Direitos Humanos e Pesquisa – 100 h/a

DIREITOS HUMANOS E PRÁXIS PEDAGÓGICA	30h/a	Discussão sobre prática pedagógica e dialogicidade na constituição das relações entre os sujeitos da comunidade educativa.	FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. _____. Pedagogia do Oprimido. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

PLANO DE AÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	30 h/a	Formulação de propostas, estratégias e indicadores de avaliação em Educação em e para os Direitos Humanos	SILVA, Margarida Sonia M. do M. e ZENAIDE, Maria de Nazaré T. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré T. et al. Direitos Humanos: capacitação de educadores – Fundamentos culturais e educacionais da educação em direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. V.2. p. 101-109. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e BARBOSA JÚNIOR, Fernando de Sousa (Orgs.) Cidadania e educação – projetos sociais voltados para prevenção da violência na escolas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40h/a	Aprofundamento e sistematização de uma temática escolhida pelo aluno ao longo do curso ou durante a elaboração do Plano de Ação em Educação em Direitos Humanos. Produção de um trabalho acadêmico-científico.	ANDRÉ, Marli. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: Uma Introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994. ZAGO, Nadir e outros. Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

5.3. Equipe de desenvolvimento

Nome	**Função**	**Titulação**
Sheila Stolz da Silveira	**Coordenadora/Professora-Pesquisadora**	**Doutora**
Francisco Quintanilha Véras Neto	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Eder Dion de Paula Costa	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Maria Cláudia Crespo Brauner	**Professora-Pesquisadora**	**Doutora**
Anderson Orestes C. Lobato	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Daniel Lena Marchiori Neto	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Salah Hassan Khaled Junior	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Débora Amaral Sotter	**Professor-Pesquisador**	**Mestre**
Salah Khaled	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Luciano Vaz	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Salah Khaled	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**
Susana Silva	**Professora-Pesquisadora**	**Doutora**
Hemerson Pase	**Professor-Pesquisador**	**Doutor**

5.4. Encontros Presenciais - Os encontros presencias serão em dois momentos em cada disciplina, o que totalizará 8 horas/aula por disciplina, montante final de 96h/a e serão a cargo dos docentes e dos tutores EaD. Também serão realizados 3 encontros para orientação de Trabalhos de Conclusão do Curso, 4h/a cada, totalizando 12 h/a, que resultará ao final em 108h/a Presenciais.

5.5. Atividades a Distância - As atividades EaD serão desenvolvidas por intermédio da plataforma moodle, mantida pela Secretaria de Educação a distância da FURG, com as doze disciplinas curriculares,

cada qual totalizando 22h/a, no montante de 264h/a e da qual participarão Professoras(es) e Tutoras(es) EaD. No tocante ao Trabalho de Conclusão do Curso, serão destinadas 28h/a de orientação EaD, o que resultará em 292 h/a de atividade EaD.

5.6. Avaliação - A avaliação em cada componente curricular, dependendo de sua natureza, pode ser realizada por meio de provas objetivas, trabalhos individuais e em grupo ou relatórios de atividades. O resultado do processo de avaliação deverá ser expresso em um único conceito que represente todas as atividades desenvolvidas nos módulos. Para que seja aprovado no curso, o aluno deverá ter pelo menos 75% de presença nas aulas.

5.7. Produção de material didático - Será apenas atualizado o material já desenvolvido na primeira edição do Curso.

VI. CRONOGRAMA

Atividades/Subatividades	Período
1. Planejamento	
1.1. Elaboração do projeto do curso.	**Já realizado**
1.2. Tramitação e aprovação do projeto do curso.	**Já realizado**
1.3. Definição da coordenação do curso, equipe técnica pedagógica, administrativa e tecnológica.	**Já realizado**
2. Preparação	
2.1. Processo seletivo.	**Março /2019**
2.2. Matrículas.	**Março/2019**
2.3. Segunda chamada.	**Março/2019**
3. Desenvolvimento	
3.1. Solenidade de abertura.	**Junho/2019**
3.2. Desenvolvimento do curso.	**No período de Junho/2019 a dezembro/2019**
3.3. Encontros presenciais.	**No período de Junho/2019 a dezembro/2019**
3.4. Relatório parcial.	**Dezembro/2019**
3.5. Encerramento	**Dezembro/2020**
4. Finalização	
4.1 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto.	**Fevereiro/2021**

VII. CERTIFICAÇÃO - O aluno que cumprir os requisitos expressos no item 5.5 (avaliação) fará jus a um Certificado de Especialista em Educação em Direitos Humanos (400 horas), que será expedido de acordo com as normas vigentes na FURG.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, l. C. et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco, 2002.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10.ed. Traduzido por Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: IGLU, 1989. p.25-46.

AYRES, J. R. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempo de AIDS. In: Barbosa, R. M.; Parker R. (Org.). **Sexualidades pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999. p.49-72.

BASOMBRÍO, C. I. **Educación y ciudadania**: la educacion para los derechos humanos en América Latina. Peru: CEAAL, IDL y Tarea, 1992.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família**: Do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: Age, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Traduzido por Iraci D. Poleti. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

___. The roads to disaffiliation: insecure work and vulnerable relationships. In: **International Journal of Urban and regional Research**, v.24, n.3. Oxford: 2000. p.519-535.

CASTRO, M. R. de. **Retóricas da rua**: educador, criança e diálogos [Street rethorics: the educator, the child and dialogues]. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

CASTRO, Nadya Araujo. Trabalho e Desigualdades Raciais: Hipóteses Desafiantes e Realidades por Interpretar. In: CASTRO, Nadya Araujo; SÁ-BARRETO, Vanda. **Trabalho e desigualdades raciais**: negros e brancos no mercado de trabalho de Salvador. São Paulo: Annablume; Programa "A Cor da Bahia", 1995.

COSTA, Eder Dion de Paula; STOLZ, Sheila. O mundo do trabalho no Brasil independente e republicano: a invenção da/do trabalhadora/trabalhador nacional através do mito da vadiagem. In: ROBERTO, Giordano Bruno Soares; SIQUEIRA, Gustavo; FONSECA, Ricardo Marcelo (Coord.). **História do Direito** [Recurso eletrônico *on-line*]. Organização CONPEDI/UNICURITIBA. Florianópolis: FUNJAB, 2013. p.147-170.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. **Revista Agora**: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, out. 2004, ISSN-1807-698. Disponível em: <http:/www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa**.** 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; Veiga, M. M.; Bhering, C.; Santos, J. F. C. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, 2002.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem Econômica na Constituição de 1988**. 6.ed. São Paulo: Malheiros. 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Traduzido por Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2009.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais de 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2011.

___. **Censo Demográfico 2000**: Dados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2011.

___. IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande>. Acesso em: 12 nov. 2013.

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=mapapobreza2003
___. **Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=mapapobreza2003>. Acesso em: 12 nov. 2013.

IMBERNÓN, F. As cidadanias como eixos fundamentais da educação. In: Educação e Cidadania – pátio. **Revista Pedagógica**, nov. 2005/jan. 2006.

KAZTMAN, Rúben. Vulnerabilidad y exclusión social: uma propuesta metodológica para el Estúdio de las condiciones de vida de los hogares. **Documento de Trabajo 107**. Chile: Oficina Internacional del Trabajo (OIT) - Fundación Ford, 2005.

KYRILLOS. Gabriela., STOLZ, Sheila. Políticas indigenistas no Brasil: passado assimilacionista, futuro emancipatório?. **Revista Jurídica UNICURITIBA**. , v.1, p.91 - 111, 2013.

LANGLEY, R.; LEVY, R. C. **Mulheres espancadas**: fenômeno invisível. São Paulo: Hucitec, 1980.
MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. Interface comunicação, saúde e educação. **Interface** (Botucatu) [*on-line*], 2008, v.12, n.26, p.605-617.

MAGENDZO, A. (Org.) **Educación en Derechos Humanos**: apuntes para una nueva práctica Chile: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación e PIIE, 1994.
MICHAUD, Yves. **A violência**. Traduzido por L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MYERS, W. Alternative services for street children: the brazilian approach. In: BEQUELE, A.; BOYDEN, J. (Ed.). **Combating child labour**. Geneva: International Labour Office, 1988.

MÜLLER, Friedrich. Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático? Traduzido por Peter Naumann. In: **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre**, Edição Especial, out. 2000.

OEA. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.
ONU. **Década da Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/serie_decada_1_b.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2013.
_____ **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

POGGE, Thomas. W. **World Poverty and Human Rights**: Cosmopolitan Responsibilities and Reforms. Cambridge: Polity Press, 2002.

PNUD. A Ascenção do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. **Relatório do PNUD para o Desenvolvimento**. Traduzido por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. New York: PNUD, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

___. PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. AtlasIDHM2013_Perfil_Rio-Grande_rs.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

RIZZINI, I. **A Criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Rio de Janeiro: Unicef, Cespi/USU, 2000.

SCOTT, J. *Gênero* uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Traduzido por Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995. p.71-99.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIKKINK, Kathryn. Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty. In: International Organizations. **Latin America**. Massachusetts: IO Foundation/Massachusetts Institute of Technology, 1993.

SILVA, Susana Veleda, STOLZ, Sheila., KYRILLOS. Gabriela.Conceito de cultura. Diversidade e identidade In: Disciplinas Formativas e de Fundamentos: Diversidade nos Direitos Humanos.1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2012, v.V, p. 147-150.

SOUZA, C. M.; ADESSE, L. **Violência sexual no Brasil**: Perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its Discontents**. Nova York/Londres: WW Norton Company, 2003.

STOLZ, Sheila. O caráter universal, indivisível e interdependente dos Direitos Humanos: a exigibilidade/justiciabilidade dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais previstos pelo Direito Internacional. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getulio. **Educação em Direitos Humanos e Diversidade**: Diálogos Interdisciplinares. Maceió: Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2012. p.495-510.

___. Concepções de Justiça e Direitos Humanos: uma aproximação ao tema In: **Olhares e Reflexões sobre Direitos Humanos e Justiça Social**.1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.1, p. 15-59.

___. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): significado e consequências In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos**. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 46-64.

___. Direitos Humanos e memória In: **Disciplinas Formativas e de Fundamento**s. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 68-86.

___. Concepções de Cidadania In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos**. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 194-201.

___. Concepções de Democracia In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos**. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 204-230.

___. Concepções de Estado de Direito In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos**. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.1, p. 234-243.

___. Algunas acotaciones sobre el carácter inviolable o absoluto (erga omnes) de los Derechos Humanos. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia** (UniBrasil). , v.3, p.01 - 14, 2008.

___. Ensaio sobre a fundamentação teórica da universalidade dos Direitos Humanos. **Revista Sociologia Jurídica**. , v.7, p.1 - , 2008.

___. La Inalienabilidad de los Derechos Humanos. Análisis Sistemático sobre el conocido caso del "lanzamiento de enanos". **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**. v.31, p.171 - 181, 2007.

___. Discurso Jurídico y Reconocimiento del Otro. La Palabra y Memoria de las Mujeres acerca de la Dictadura Militar Brasileña In: **Diálogos Constitucionais de Direito Público e Privado**.1 ed.Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2013, v.2, p. 243-258.

STOLZ, Sheila e PIRES, M. Diretrizes da ONU para a inserção dos Direitos Humanos no ensino formal e não-formal In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos: Direitos Humanos no Contexto Escolar e Seu Entorno**.1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2012, v.IV, p. 22-30.

STOLZ, Sheila e VERAS NETO, F. Q. Da condição de escravos a de sujeitos de direito In: **Disciplinas Formativas e de Fundamentos**. (Coleção Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos, v. 3).1 ed.São Leopoldo e Pelotas : Casa Leiria e Editora Universitária / Editora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2012, v.3, p. 16-28.

UNESCO/ONU. **Declaración de Méxicosobre Educación en Derechos Humanos en América Latina y el Caribe**. 2001. Disponível em: <http://iidh-webserver.iidh.ed.cr/multic/UserFiles/Biblioteca/IIDH/2_2010/AspecTeoMetodologico/Material_Educativo/Declaracion-Mexico.htm>. Acesso em: 10 dez 2013.